

Comissão sai mesmo em junho

1985

O presidente José Sarney deverá assinar o decreto de criação da Comissão Constitucional ainda em junho, informaram ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra e o presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos. Lyra e Arinos almoçaram com o assessor presidencial Celso Borja, com quem acertaram que a Comissão deverá ser instalada com solenidades no Ministério da Justiça — que dará a infraestrutura necessária a seu funcionamento — e no prédio do Itamaraty no Rio, pedido do jurista. Ela funcionará na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília e terá reuniões também no Rio, São Paulo e Recife.

Esta fórmula encontrada para funcionamento da comissão — que será um organismo autônomo, sem subordinação a órgãos do Executivo — encerra as divergências a respeito de seu âmbito de funcionamento. Após o almoço na casa de Lyra, considerado «muito cordial», tanto o ministro quanto o jurista negaram desentendimentos.

«Nunca houve desentendimento entre mim e Fernando Lyra. Vocês criaram um simulacro que felizmente foi desfeito pelos fatos, afirmou o ex-chanceler.

«Foi uma conversa muito boa, que realmente traduz o entendimento de homens públicos que têm responsabilidade com o momento», disse Lyra, explicando que este é apenas seu segundo encontro com Afonso Arinos, que «consolidou e confirmou tudo o que foi acertado no primeiro encontro», dia 13 de março.

Lyra disse que apenas o presidente da República determinará a data de criação da Comissão, mas afirmou que o decreto sairá em junho. Segundo o ministro, o ato de criação da Comissão independe da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que tem sido estudada pelo governo. «São trabalhos paralelos, mas não precisam ser convocados na mesma hora», disse.

Lyra refutou às críticas de que a comissão poderá restringir o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, considerando que é justamente o contrário, pois o esboço do anteprojeto estará pronto ainda este ano e representará uma contribuição «inestimável» para que haja um grande debate sobre a Constituinte. O jurista Afonso Arinos também não concorda com a acusação de que o projeto restringiria a Constituinte. De acordo com ele, o texto do anteprojeto será «conciso e preciso» mas detalhará os diversos capítulos constitucionais.

OAB não entende proposta

Compreendendo o desejo do brilhante jurista Afonso Arinos de querer esboçar um anteprojeto de Constituição, conforme fez seu pai, só não compreendo quando rebate nossas críticas à Comissão Constitucional, citando sempre a revolução russa e o partido comunista como elitistas também», diz o presidente da OAB/DF, Maurício Corrêa criticando ainda o líder Pimenta da Veiga e o deputado Ulysses Guimarães de não valorizarem devidamente a opinião das entidades.

Referindo-se a Brizola, Maurício Corrêa observa que ele está correto em preocupar-se com todo o processo da Constituinte e pedir a simultaneidade das eleições para ela e para a presidência. «A multiplicidade de postulantes à presidência atrairia um maior número de candidatos para a Assembleia Nacional em cada partido, o que dificultaria a ação do capital estrangeiro em nossos assuntos internos», explica.

A Comissão da Constituição antes mesmo de seu anúncio oficial, já está sendo questionada por entidades, lideranças e partidos políticos. Para Maurício Corrêa, corre-se o risco de elaboração de uma típica Constituição do Governo, diferente da que o povo parece esperar.

Os argumentos a favor da Comissão são muitos, mas o presidente da OAB deles discorda. De acordo com os argumentos, a Comissão não deve ser numerosa (para não aumentar a

complexidade do tema), tem de conter representantes expressivos dos segmentos sociais (capazes de influir no processo histórico detectando as necessidades do coletivo) e servir para estimular o debate. Outras defesas ressaltam que o anteprojeto ainda vai passar pelo crivo dos constituintes, que livres e soberanos para vetá-lo: que na Comissão há representantes dos segmentos sociais menos contemplados (caso da vereadora Benedita da Silva) e que, por fim, o presidente Sarney tem a prerrogativa de ratificar o nome dos integrantes ou sugerir outros, até acrescentar.

Acha Maurício Corrêa que o debate, por exemplo, está instalado há muito tempo e que deveria intensificar-se por mais seis meses, pelo menos, antes do início dos trabalhos. «Qualquer esboço que venha a ser feito agora, traduzirá uma imposição: uma elaboração arbitrária», pondera.

Atrelamento

O presidente da OAB/DF, entende que a Constituinte deve ser convocada no próximo ano, quando então a sociedade já terá expressado seus conceitos sobre o funcionamento da Justiça no País, o atrelamento do Ministério Público ao Executivo, etc. Lembra que a Ordem dos Advogados do Brasil não tem intenção de apresentar nenhum anteprojeto sobre a matéria sob pena de cair no erro que tanto critica.

Sarney revê a lista

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Hugo Castelo Branco, disse que o presidente Sarney não tem qualquer compromisso com a lista de pessoas escolhidas pelo ex-presidente Tancredo Neves para integrar a comissão constitucional. Essa comissão, que se incumbirá do anteprojeto de constituição a ser estudado pela Constituinte, só será nomeado depois de convocada a assembleia.

Para justificar a possibilidade de Sarney rever essa lista, José Hugo afirmou que o próprio ex-presidente Tancredo Neves não a considerava definitiva. Apesar de Tancredo ter deixado a lista com o jornalista Mauro Santaiana, ela era

apenas uma relação informal. «O Dr. Tancredo tinha a mania de ir anotando todo nome que lhe sugeriam e, se estivesse vivo, ele ia formar uma comissão que poderia ser esta ou uma outra», afirmou o ministro.

O chefe do Gabinete Civil deu essas informações ao sair do gabinete do presidente do Senado, José Fragelli, onde foi discutir a necessidade de maior entrosamento entre aquela Casa e o Planalto. «O ponto crítico desse relacionamento revelou-se na decisão do senador Fragelli, de colocar na ordem do dia do Congresso, para votação do dia 12 de junho, a proposta de emenda constitucional do deputado Gastone Righi (PTB-SP), convocando a Assembleia Constituinte.

PDT considera uma "infâmia"

«Um ato infame à memória do falecido Tancredo Neves». Assim reagiu o líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti, diante do anúncio de que o governo descobrira a relação dos nomes que Tancredo anotara, para a redação do anteprojeto da Constituição — que seria depois encaminhado aos futuros constituintes.

Para o líder trabalhista-socialista, Tancredo não poderia ter esta pretensão de substituir 70 milhões de eleitores brasileiros. «Ele era uma personalidade realmente grande, para se lhe atribuir uma pequenez, uma manobra desta estreiteza. Isto é uma forma de transformar a Constituinte numa farsa».

Em sua entrevista, ontem pela manhã, Rossetti entendeu que uma Constituinte tem como objetivo fundamental reunir todos os setores da sociedade da Nação, para, em conjunto, elaborar a Constituição que represente realmente a realidade social.

No caso, estamos diante de uma Comissão não eleita, mas escolhida por um poder — o Executivo — portanto apenas uma tendência da Nação. Sobretudo, um governo «de transição», não eleito pelo sufrágio universal, direto e secreto.

O parlamentar gaúcho insiste e dá ênfase: «Uma Constituinte deve representar todos os setores sociais, todas as tendências sociais, todas as realidades. É evidente que a designação de uma Comissão desta, pelo Poder Executivo, é uma forma de pressão sobre os futuros Constituintes».

Agora mesmo, conforme a observação do deputado, alguns representantes da Aliança Democrática declaravam que o documento seria levado antecipadamente ao povo. Isto, «para condicioná-lo, evidentemente, e eleger aqueles que se comprometessem como texto pré-redigido. Seria uma contrafação. De livre, a Constituinte sairia condicionada pelas teses da Aliança Democrática».

Nadyr Rossetti avança mais. Para ele, na realidade, o governo não quer uma Constituinte verdadeira. Ele quer é uma Constituinte que venha consagrar sobretudo o modelo econômico vigente. Seria consagrar o «modelo liberal-conservador, que já dera demonstração suficientes de que não serve à realidade nacional».

Arinos não sabia dos 33 nomes

José Duílio

O jurista Afonso Arinos negou ontem desconhecer uma lista de 33 nomes que o presidente Tancredo Neves teria escolhido pessoalmente para compor a Comissão Constitucional, com a inclusão de seu próprio nome e de outros juristas de reconhecida competência e representantes da sociedade brasileira. «Não sabia que o presidente tinha elaborado uma lista, Tancredo nunca me disse», afirmou. Referindo-se à possível alteração da lista ele observou que trata-se de sua jurisdição e que nada se fará neste sentido «sem que eu não esteja de acordo. Mas eu estou de acordo com o presidente José Sarney». Sobre a colocação de um indio na Comissão: «Não. Porque aí é uma coisa que o Juruna vai ficar safado da vida. E eu gosto muito do Juruna», declarou.

O jurista esteve em Brasília a convite do governador José Aparecido de Oliveira, para tomar parte na cerimônia de tombamento da árvore Buriti, realizada na praça do mesmo nome, em frente ao Palácio.

Após a cerimônia ele concordou falar com alguns jor-

nalistas sobre a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, embora afirmando que já tinha falado tudo.

Sobre a convocação da Constituinte pelo Legislativo, Afonso Arinos explicou. Se o Legislativo foi convocado, ele opina como poder Constituinte. Pois se ele está emendando a Constituição para fazer isso, ele não é mais Legislativo. É Constituinte naquele ato. Ele é Legislativo, mas nos momentos em que ele está emendando a Constituição, ele passa a ter poderes superiores ao Legislativo.

Afonso Arinos reagiu à colocação do deputado Nelson Marchezan que isso derrubaria a tese de que o ato de convocação da Constituinte pelo presidente da República seria um golpe. «Não entro nas teses dos outros. Não sou bobo. Quer dizer, eu tenho minhas reações quando me provocam. Mas eu não provoco ninguém. Viu, eu sou mineiro», (risos)

Arinos confirmou que conversou com Fernando Henrique Cardoso sobre a comissão constitucional: «Eu conversei com ele. Gosto muito dele. Eu pedi para que ele fosse o vice-presidente porque sendo

ele vice-presidente da Comissão e líder do Congresso, teria uma fonte permanente de circulação. Depois não conversamos mais. Foi uma conversa preliminar».

Ainda sobre a composição da lista que ele entregou a Sarney: «Eu não posso revelar, pois se alguns nomes forem excluídos por Sarney, ficam numa situação desagradável perante mim. Se o presidente retirar um nome, essa pessoa vai ficar magoada, não comigo mas com eles», observou.

Quando à criação e o funcionamento o jurista observou que a Comissão não está criada ainda. «Ela só vai ser criada pelo presidente. E decreto dele. Esse trabalho hoje é o resultado de uma posição do governo. Eu quero que me entendam: o presidente Tancredo me convidou em nome do governo e o presidente Sarney reiterou o convite em nome do governo, de maneira como eu ia conversar com o presidente Tancredo vou conversar com o presidente Sarney. Agora, a comissão pode ser criada em junho. O presidente só me falou que o decreto só sairia provavelmente em junho. O decreto de criação e não de composição», disse Afonso Arinos.

Ele revelou que a comissão tanto pode funcionar aqui como no Rio de Janeiro. Aqui, no prédio da Fundação Getúlio Vargas, o local que serviu de escritório do Tancredo. No Rio, por uma questão sentimental. Eu gostaria de trabalhar nos fundos do Palácio Itamaraty porque lá tem uma biblioteca, uma imensa sala de comissão, uma sala enorme de conferências, e foi lá que meu pai reuniu a comissão de 1934. Uma coisa puramente sentimental, observou.

«Eu disse que a iniciativa do presidente deveria ser submetida ao Legislativo. A questão é a seguinte: antigamente o presidente não podia apresentar emendas à Constituição. Hoje, pode, pelo texto constitucional. Se o Legislativo tomar a iniciativa e aprovar por 2/3, pode partir de lá, disse.

P — Qual a melhor maneira de se convocar essa Constituinte?

A.A. — Eu não sei. Não quero me manifestar porque eu não vou participar do processo.

P — Sobre o plebiscito?
A.A. — Bem, é uma proposta de Celso Borja. Eu acho que é uma coisa inteligente. Mas eu acho que é muito voto